

REBELDIAS VISUAIS: VISUALIDADES CAMPONESAS COMO AÇÃO ESTÉTICO-EDUCATIVA

VISUAL REBELLIONS: PEASANT VISUALITIES AS AN AESTHETIC-EDUCATIONAL ACTION

Leandro de Souza Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-6140-9681>

Paulo Pires de Queiroz²

<https://orcid.org/0000-0002-0609-6424>

Resumo: Este ensaio parte de inquietações acerca das visualidades camponesas, conceito proposto na investigação de doutorado de um dos autores. Em localidades que distam dos grandes centros urbanos e onde se dá a luta pela terra, as visualidades podem assumir um caráter estético-educativo que tangencia mecanismos de poder. Nesse sentido, o objetivo deste manuscrito é contribuir com discussões acerca de fenômenos visuais no assentamento Zumbi dos Palmares (RJ), um território camponês situado na região norte do estado do Rio de Janeiro. Circunscritos ao contexto brasileiro das disputas por direitos básicos como arte, cultura e educação, os fenômenos visuais nesse lugar poderiam desobedecer ao imaginário construído sobre a vida no campo como conformada e subalternizada. Propõe-se, portanto, um diálogo teórico-conceitual entre as áreas do Ensino e da Cultura Visual, junto a uma proposta metodológica participativa para a coleta e análise de dados. Os enlaces entre teoria e empiria orientaram a discussão que propõe leituras imagéticas realizadas com os partícipes da investigação. Os resultados apontam que, embora o campo se origine da luta, por outro, a estética experienciada no campo mobiliza a reação, desobedece às afirmações da vida no meio rural como atrasada e desestabiliza discursos dominantes.

Palavras-chave: Visualidades camponesas. Cultura Visual. Ensino.

Abstract: This essay addresses concerns about peasant visualities, a concept developed in the doctoral research of one of the authors. In regions distant from large urban centres, where struggle for land persists, visualities can assume an aesthetic-educational role that engages with mechanisms of power. Accordingly, this manuscript aims to contribute to discussions on visual phenomena within the Zumbi dos Palmares settlement (RJ), a peasant territory located in the northern region of Rio de Janeiro. In the Brazilian context of struggles over fundamental rights such as art, culture and education, the visual phenomena in this place challenge constructed imaginaries of rural life as compliant and subaltern. To this end, the study proposes a theoretical-

¹ Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, mestre em Artes (UERJ), especialista em Ensino da Arte (UVA), licenciado em Artes Visuais (UNIGRANRIO) e docente do Departamento de Artes Visuais do Colégio Pedro II (RJ).

² Professor e Pesquisador Associado da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

conceptual dialogue between the fields of Teaching and Visual Culture, coupled with a participatory methodological approach to data collection and analysis. The integration of theory and empirical evidence guided the discussion, which includes image readings conducted with research participants. The results reveal that while the countryside rooted in struggle, the aesthetics experienced there mobilize resistance, subvert representations of rural life as backward and destabilize dominant discourses.

Keywords: Peasant visualities. Visual Culture. Teaching.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Este ensaio parte de inquietações acerca das visualidades camponesas, conceito proposto no contexto da investigação de doutoramento de um dos autores. O texto propõe reflexões sobre as manifestações estéticas que desafiam as narrativas hegemônicas sobre a vida no campo. Nessa direção, organiza-se de forma que apresente algumas descobertas decorrentes da proposição conceitual da tese.

Para tanto, em ‘Primeiras Palavras’, é apresentada a estrutura da investigação; em ‘Cultura Visual e Ensino: enlaces possíveis’, são postos em diálogo alguns pressupostos teóricos que evidenciam os conceitos fundamentais do estudo; em ‘Desenho da Investigação’, são destacados onde, como e com quem a investigação foi realizada; a seguir, em ‘Visualidades camponesas enquanto rebeldias visuais’, teoria e empiria são enlaçadas junto às descobertas do trabalho para, finalmente, propor algumas considerações a partir do estudo realizado.

Imagem 1 – Fotografia de paisagem, assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)



Fonte: Diário de Visualidades, Leandro de Souza Silva, 2019

Como alegoria do cultivo e da colheita, a proposta do manuscrito semeia reflexões acerca da estética vivida em localidades onde se dá a luta pela terra e por direitos. Em oposição ao imaginário da primeira metade do século XX, o texto confronta a visão que resume a vida de pessoas que vivem às margens dos grandes centros urbanos como atrasada, inferiorizada e sofrida. Como inspira o horizonte da paisagem fotografada (Imagem 1), as visualidades podem fazer suspeitar e ler criticamente estéticas que diferem dos cinzentos prédios e asfaltos urbanos, num deslocamento de olhar que opera um giro decolonial. Giro esse compreendido aqui como uma tomada de posição epistêmica dusseliana (Dussel, 2016), permitindo tensionar narrativas historicamente subordinadas. Isto significa afirmar o campo como lugar da vida que mobiliza reflexões acerca da precariedade, desigualdade e apagamento histórico.

As imagens fotográficas que figuram este ensaio foram colhidas junto a pessoas que vivem e convivem no assentamento Zumbi dos Palmares, situado na região norte do estado do Rio de Janeiro. Inspirados pela questão “Se o assentamento fosse uma imagem, qual seria?”, tais imagens são respostas visuais dos partícipes da investigação e provocam miradas sobre a vida no campo, desafiando a visão do campo como lugar da precariedade e do abandono (MST, 2007).

Entre a questão lançada e as partilhas realizadas, as percepções das partícipes da investigação criam interfaces entre o conhecimento popular e os processos estético-educativos no campo. Essas visualidades, ao desconstruírem estereótipos, indicam o assentamento como espaço não-formal de resistência e aprendizado. Em adição, além de ampliar compreensões socioculturais no meio rural, reforçam a relevância e a participação das visualidades na formação humana.

A exemplo disso, Sabiá, um dos assentados participantes da investigação, reflete sobre sua experiência. Ele conta que “aprender a me expressar, aprender a observar e fazer as leituras da realidade, eu aprendi aqui, vivendo na roça” (Sabiá, 2023). Sua fala evidencia o protagonismo camponês na construção do conhecimento, contribuindo para a criação de uma estética própria. Rosa Preta, também colaboradora do trabalho, complementa: “A terra era um sonho familiar, e hoje, com trabalho e dedicação, conseguimos torná-la produtiva e cheia de vida” (Rosa Preta, 2023). Essas vozes reafirmam os encontros possíveis entre teoria e vivências, inspirando formas de imaginar e pensar a vida no campo.

Nesse sentido, o trabalho propõe contribuir com discussões acerca de fenômenos visuais que tangenciam operações e mecanismos de poder, a partir das subjetividades vivenciadas em território camponês. Logo, a proposta de diálogo teórico-conceitual busca o referencial epistemológico no campo do Ensino, a partir de Caldart (2021), Freire (2014) e Brandão e Fagundes (2016); nos estudos sobre Educação da Cultura Visual, de Dias (2011) e Martins (2012); das visualidades na Cultura Visual, de Mirzoeff (1999); e das espacialidades, com base em Santos (2008).

A proposta metodológica participativa empregada, fundamentada nos procedimentos de Brandão (1981), orientou a coleta de dados e os enlaces entre teoria e empiria. Colaboram com este trabalho pessoas assentadas no Zumbi dos Palmares (RJ) e agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT – Campos dos Goytacazes, RJ). A discussão propõe leituras imagéticas realizadas com os partícipes da investigação, reverberando suas vozes, olhares e percepções visuais sobre o assentamento.

Dessa forma, os resultados parciais apontam que o acesso à terra, cultura e educação são temáticas mobilizadas pela estética experienciada no campo. Portanto, as conclusões indicam que tal visualidade, ao mobilizar seus sujeitos à ação, coloca em suspensão certezas e olhares cristalizados no imaginário social sobre a vida no meio rural. Além disso, ao desestabilizar discursos dominantes, as rebeldias visuais no assentamento desobedecem às afirmações sobre a vida camponesa como atrasada, conformada e subalternizada.

CULTURA VISUAL E ENSINO: ENLACES POSSÍVEIS

Como parte do exercício reflexivo sobre as visualidades camponesas, esta seção explora encontros teórico-conceituais entre os campos da Cultura Visual e do Ensino. Tendo em vista as convergências entre cultura e realidade sem-terra (Caldart, 2021), essa reflexão propõe pensar os vínculos entre as manifestações visuais na vida cotidiana camponesa e o engajamento na luta por transformação social. Ao confrontar visualizações apáticas da realidade, tais manifestações afirmam a complexa diversidade estética vivenciada no campo e corrobora a ideia de que espaços não formais contribuem para a formação de sujeitos críticos.

O profundo sentido dialético entre cultura e libertação humana (Brandão; Fagundes, 2016), reclama a participação da vida na criação visual, aproximando-se da realidade vivida no fazer imaginativo, criativo e inventivo. Numa perspectiva popular, esse fazer celebra a conscientização e autonomia de todas as pessoas, ampliando as formas de aprender e visualizar a vida. Além disso, tal concepção vai de encontro à hierarquização de conhecimentos promovido pela sociedade capitalista, desigual e excludente, rompendo com a injustiça e marginalização das pessoas.

Isto posto, as considerações de Mirzoeff (1999) sobre o campo de estudos da Cultura Visual pode contribuir com essa reflexão. Sobre as visualidades, o autor destaca que são como um campo de batalha em que imagens e ideias problematizam formas de visualizar a vida. Elas funcionam como estratégia estética que, para além do sinônimo de imagem, convergem uma diversidade de aspectos que inclui, mas transborda, o visual. Enquanto tática, seriam então como o resultado visível das técnicas para efetivar desejos, pensamentos e concepções de mundo.

A Cultura Visual implica o visível, o invisível, o visto e o não visto. Sob sua perspectiva, a construção visual do social (Mitchell, 2002), ler imagens partiria do pressuposto de que são constituídas e atravessadas por relações de poder. Enquanto campo de estudo, aborda a interpretação crítica da visualidade presente no mundo, o papel social da imagem e a importância de questionar o que está sendo mostrado e/ou ocultado (Dias, 2011). Dessa forma, sua base epistemológica contempla formas ampliadas de se mostrar o ver.

Mirzoeff (2016) explica que imagens, ideias e informações, devidamente estetizadas, formam o complexo que chamamos de visualidade. Ele acrescenta que “apesar do nome, este processo não é composto apenas de percepções visuais no sentido físico” (Mirzoeff, 2016, p. 4). Por essa perspectiva, a visualidade combina os aspectos mentais e físicos da criação visual, baseado em ações subjetivadas e críticas. Para além do sinônimo de imagem, são compreendidas aqui como um campo de disputas de narrativas, conferindo visibilidade e propósitos às ideias.

É importante destacar que os pressupostos da Cultura Visual se baseiam na interpretação crítica da visualidade fazendo convergir, historicamente, estudos da cultura e do social, bem como várias disciplinas do conhecimento, como a educação, a sociologia, a antropologia e a geografia (Dias, 2011). Tais estudos incluem um conceito comum a todas as realidades visuais, sejam quais forem, afinal, é insustentável a ideia de um único agente da visualidade (Mirzoeff, 2006). Tais realidades produzem efeitos nos cotidianos e, ao participar da reconciliação entre arte e vida, operam um giro epistemológico. Giro esse pautado pelas tantas culturas visuais existentes que diluem compreensões da obra de arte e, portanto, do visual, como algo inalcançável, inatingível (Martins, 2012).

Nos encontros dessa concepção com o campo do Ensino, Dias (2012) também afirma que o deslocamento das abordagens pedagógicas de um eixo elitizado para explorações da visualidade nos cotidianos favorece processos de subjetivação. Como foi elaborado posteriormente, “o termo “arte” contém uma compreensão de que, em sua autonomia, a “forma” artística pressupõe a valorização de certa erudição que excluiria, silenciaria e roubaria a atenção para outras interpretações” (Silva; Queiroz, 2025). Assim, o que outrora hierarquizava as relações de aprendizado formais ou não, à luz dessa concepção, favorece uma formação cidadã, crítica e livre.

Nesse sentido, as visualidades cotidianas ampliam as formas de conhecer e são uma oportunidade de aproximação crítica de experiências culturais diversas (Dias, 2012). Em contextos de ensino formal ou não-formal, elas aumentam o mundo dos sujeitos e ensinam sobre como valorizar a diversidade étnico-racial, sexual, de classe e de gênero presentes na vida. Sobre a distinção entre tais contextos é importante pontuar:

Quem é o educador em cada campo de educação que estamos tratando? Em cada campo, quem educa é o agente do processo de construção do saber? Na educação formal sabemos que são os professores. Na não-formal, o grande educador é o “outro”, aquele com que interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, etc. (Gohn, 2006, p. 29).

Com efeito, a educação formal ocorre nas instituições de ensino, por outro lado, a não-formal ou informal estão imiscuídas em diversas outras instituições onde se constroem a socialização. O que as diferencia é que no ensino não-formal tem intencionalidades definidas e no informal, não. Em seus distintos contextos, cada uma delas são oportunidades complementares de construção do conhecimento. Isso leva a questionar: o que é possível aprender com a estética vivenciada em lugares ditos periféricos? O que a visualidade criada por quem habita esses espaços pode nos ensinar?

No contexto dos espaços marginalizados, tais provocações convidam a refletir sobre o potencial estético-educativo da visualidade. Nesses locais, ela pode agenciar experiências, valores e narrativas que transbordam o ensino formal. Isso significa dizer que a socialização vivenciada em espaços como esses pode ter um caráter educativo, ainda que de maneira informal. Nesse sentido, os processos estético-educativos seriam os que, no curso da ação visual, dialeticamente ensinam (Silva; Queiroz, 2025). Sejam na periferia urbana, no meio rural ou nas grandes cidades, essa concepção deflagra e problematiza noções de arte. Por isso, a educação da cultura visual

acolhe a diversidade estética, situa questões e visualiza possibilidades para a educação em geral (Dias, 2011).

Como temos dito, “o trabalho pedagógico com e/ou a partir de imagens pode inaugurar questionamentos e instituir novas reflexões sobre os mais diversos aspectos da vida” (Silva; Queiroz, 2025). Do mesmo modo, leituras acríticas, privilegiando apenas aspectos artísticos hegemônicos ou restritos às questões formais, acabam por furta a criticidade e inventividade tão caras aos processos educativos emancipatórios.

Tomando por referência grupos ou comunidades populares e dialogando com o pensamento de Brandão e Fagundes (2016), o Ensino e Cultura Visual elaborados nesses contextos podem operar profundas transformações sociopolíticas. Em seus enlacs, rompem com o predomínio elitizado e hierarquizado da cultura, imaginando uma visualidade que assume uma postura contra hegemônica, reiterando sua abrangência educativa, formativa e participativa.

Em consonância com essa ideia, inspirando-se no pensamento de Paulo Freire, as criações visuais do povo seriam resultado do trabalho e da experiência humana livre e crítica (Freire, 2014). Em meio às relações dialéticas entre ensino e cultura (Brandão; Fagundes, 2016), tais criações fazem visualizar a ação e o pensamento do povo e para o povo. Nessa lógica, a práxis estético-educativa parte de sua própria realidade, resistindo às desigualdades, silenciamentos e injustiças. Pensando o recorte camponês, Caldart (2021) aborda o contexto educativo sem-terra e destaca a formação para a contestação social e para a rebeldia organizada. Continuar obedecendo uma lógica dominante ou inventar a própria vida? Essa questão inspira e ecoa toda a escrita deste ensaio.

Diante disso, a força imane das fabulações suscitadas pelos homens comuns se dá em oposição ao conforto que as luzes da cidade provêm. Santos (2008) compreende esse “homem” como aquele que se opõe à eficácia e à velocidade do pensamento dominante. Portanto, essa mesma força que se converte em visualidades, leva a questionar sobre os espaços luminosos, isto é, os grandiosos, cinzentos e iluminados centros urbanos. Por sua vez, nas fronteiras com a cidade, uma práxis visual parece construir um imaginário poético camponês apropriado de sentidos. Ou seja, diante de processos que insistem subalternizar quem vive nas margens urbanocêntricas, eis o cerne da compreensão educativa dos fenômenos visuais no lugar que escapa dessas luzes. Luzes que são capazes de cegar...

Se olharmos do ponto de vista da acumulação comandada pelo capital financeiro, as práticas de convencimento são radicalizadas e apoiadas na visão. Isso aumentou a sobrecarga de imagens e de leituras outorgadas da experiência social, em plena era de enaltecimento da interatividade por meio das telas. Apesar de ser muito difícil combater a sedução da imagem e os (des)encantos de um mundo operado agudamente por elas, há um convite à atenção para miradas do que ocorre nas margens dos grandes centros urbanos. Como apontam os eixos teóricos desse escrito, voltar os olhares para o que se ensina nas bordas e fronteiras, desafia qualquer imposição de hegemonia visual e acolhe as visualidades enquanto partícipe de processos inclusivos (Silva, 2023).

Apesar de não haver uma rota única e predefinida, os conceitos aqui apresentados sugerem possíveis caminhos para pensar uma formação mais consciente diante de fenômenos visuais. Tal proposta explora a participação, interpretação e questionamento das imagens nos cotidianos, sejam elas artísticas ou não, frente a uma sociedade capitalista, desigual e excludente (Brandão;

Fagundes, 2016). Além disso, celebra uma epistemologia popular em desobediência às tentativas de manipulação, subalternização e hierarquização dos modos de ver e fazer do povo. Ora, se consciência crítica “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica” (Freire, 2014, p. 105), o desenvolvimento da sensibilidade estética implica suspeitar do que se vê.

Na perspectiva do ensino não-formal, estimular a interpretação crítica e o questionamento das imagens nos cotidianos relaciona-se com a proposta da formação mais consciente diante de fenômenos visuais. No caso de contextos em que a desigualdade é acentuada, este ensino valoriza o conhecimento popular, fortalecendo formas autônomas de percepção, criação e invenção. Desse modo, ao reconhecer e considerar a sensibilidade estética, ele fomenta a capacidade de suspeitar das representações visuais impostas que servem à exclusão.

O DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

O desenho metodológico aqui proposto parte da investigação de doutoramento sobre as visualidades camponesas no assentamento Zumbi dos Palmares (RJ). A tese tem como objetivo compreender como ocorrem os processos de criação de visualidades na/da espacialidade do assentamento, com ênfase em seus aspectos estético-educativos. Para alcançá-lo, a proposta metodológica participativa empregada fundamenta-se na Pesquisa Participante de Brandão (1981), numa abordagem qualitativa.

É importante destacar a estrutura metodológica da tese em construção, cuja organização colaborou com as descobertas e reflexões presentes nesse ensaio:

Quadro 1 – Estrutura metodológica

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	ÊNFASE	INSTRUMENTOS/AÇÕES
Objetivo Específico 1	Observar processos de criação de visualidades no cotidiano da espacialidade do assentamento	DIAGNÓSTICA	- Observação participante - Registro no Diário de Visualidades
Objetivo Específico 2	Identificar aspectos estético-educativos na criação de visualidades no/do assentamento junto às/aos participantes da investigação	PARTICIPATIVA	- Conversas e participações cotidianas
Objetivo Específico 3	Analisar com participantes da pesquisa compreensões sobre as visualidades vivenciadas no assentamento	AVALIATIVA	Análise e leitura crítica de dados

Fonte: elaborado por Leandro de Souza Silva

Conforme o quadro apresenta, este estudo privilegia relações horizontalizadas no percurso reflexivo da investigação, ao considerar particularidades e subjetividades das pessoas envolvidas. Por isso, colaboram com este trabalho pessoas assentadas no Zumbi dos Palmares e agentes da CPT. Seguindo os parâmetros éticos para a realização de trabalhos de pesquisa com seres humanos, todas concordaram em colaborar com a investigação e foram identificadas por nomes relacionados à natureza.

A coleta de dados ocorreu por meio de registros em um Diário de Visualidades e conversas inseridas em rotinas ordinárias que conferiram certo ‘abrigo epistemológico’ à investigação. Nessa perspectiva, a conversa, enquanto prática dialógica crítica, é entendida como ferramenta de aproximação, favorecendo tanto a investigação quanto o processo de ensino. Como hooks (2020) argumenta, a conversação não é apenas a troca de palavras, mas uma prática engajada que constrói conhecimento compartilhado, criando espaços de escuta, confiança e reflexão crítica. Essa abordagem inspira a compreensão do diálogo em campo como parte fundamental para acessar as complexidades presentes nos cotidianos do assentamento. Isso promoveu uma compreensão mais aprofundada das visualidades camponesas e de suas dimensões estético-educativas.

Tendo em vista a proposta de Brandão (1981), a observação participante, enquanto processo de aprendizagem e exposição ao campo, possibilitou o envolvimento nas situações cotidianas. Este tipo de investigação parte da concretude da realidade das pessoas envolvidas na pesquisa, privilegiando relações horizontalizadas e não impositivas, ao passo que possibilitou o cumprimento do primeiro objetivo da investigação.

No contexto das conversas surgiu a questão: “Se o assentamento fosse uma imagem, qual seria?”. Tal indagação possibilitou desvelar algumas interpretações sobre a visualidade camponesa de forma mais orgânica e fluida, bem como o cumprimento do segundo objetivo. Ao tomar certo distanciamento da ideia de representação ou tradução, essa pergunta buscou acionar pertencimentos e compreensões estético-educativas em meio às respostas visuais de cada partícipe. A observação de ocorrências visuais no assentamento tornou possível avançar na identificação mais detalhada sobre as convergências, divergências e recorrências estético-educativas apresentadas a seguir.

Os procedimentos aplicados orientaram a análise que buscou os enlaces entre os pressupostos dos campos do Ensino e da Cultura Visual e empiria vivenciada entre 2019 e 2024. Nesse sentido, a discussão dos resultados parcialmente aqui apresentados, propõe leituras imagéticas realizadas com as pessoas partícipes da investigação, reverberando suas vozes, olhares e percepções visuais sobre o assentamento.

O CAMPO DA INVESTIGAÇÃO

O assentamento, campo dessa investigação, localiza-se na região norte do Rio de Janeiro e se constitui como resultado de disputas no contexto da reforma agrária brasileira em meados dos anos 1990. Frente à luta e resistência de trabalhadores rurais, as terras da falida Usina São João se tornaram uma das primeiras ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Imagem 2 – Sede da Usina São João, prédio da década de 1950 (1997)



Fonte: Lewin; Ribeiro e Silva (2005)

Como visível nas ruínas e cenário de abandono na imagem da São João (Imagem 2), Alentejano (2011) contextualiza que a crise do setor sucroalcooleiro acarretou a falência de inúmeras usinas. O autor também destaca que, além da ociosidade da terra, foi imposta a condição de desemprego pobreza a uma expressiva quantidade de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Ele acrescenta que

A Usina São João representava um importante desafio para o MST e outros apoiadores da reforma agrária. Ainda que boa parte de seus 18.500 hectares estivesse coberta pela monocultura da cana, as relações de exploração que marcavam a relação da usina com seus trabalhadores justificavam o questionamento do cumprimento da função social da terra por parte de seus proprietários (Alentejano, 2011, p. 62).

Diante da inconformidade com este cenário, a conquista do assentamento envolveu militantes do MST, agentes da CPT, pesquisadores e agentes técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como os primeiros relatos históricos sobre a criação do Zumbi apresentam, percebe-se o esforço e movimento coletivo popular para melhores condições integrais de vida (Lewin; Ribeiro; Silva, 2005). Embora as limitações materiais que incide da condição de acampados, a educação e a cultura camponesas são parte fundamental desse processo. Isto se nota na criação da Escola Roseli Nunes, por exemplo.

Imagem 3 – Escola Roseli Nunes, Acampamento Zumbi dos Palmares (1998)

Fonte: Lewin; Ribeiro e Silva (2005)

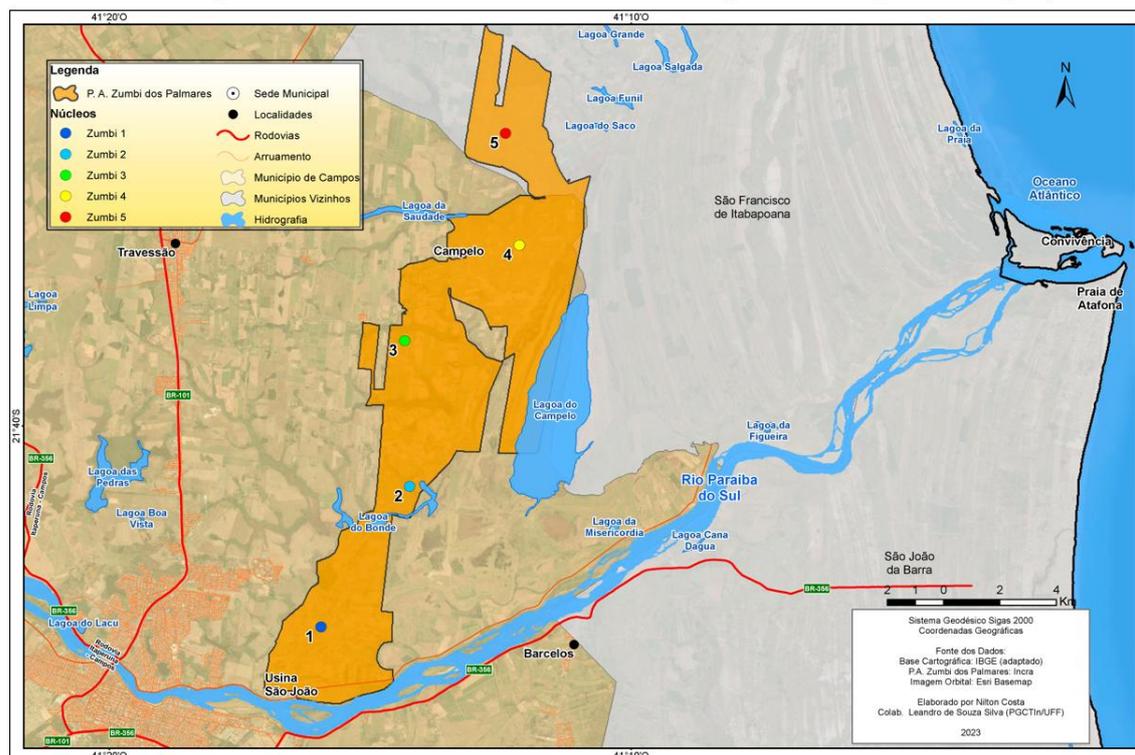
Embora a escola tenha desaparecido no curso da árdua história do assentamento, é visualizada na imagem a reação popular, seus sonhos e os valores da luta camponesa (Imagem 3). Ladeada pela barraca de lona preta, a escola evidencia a feitura da vida desde os primeiros dias do Zumbi. A ousadia de construir uma escola é visualizada na fotografia e evidencia a “libertação do homem do campo dos entraves construídos por uma ideologia que sempre o colocou como sinônimo de atraso e incapacidade” (Lewin; Ribeiro; Silva, 2005, p. 135).

Entre ocupação, acampamento e a criação do assentamento, o histórico da luta evidencia as reações diante das frágeis condições de vida e trabalho impostas aos trabalhadores. Ainda assim, fica também evidente a educação como um valor fundamental desde o início do processo. Nessa direção, a emissão de posse pelo INCRA em 22 de dezembro de 1997 (MST, 2007) formaliza legalmente o resultado dessa luta. Em consequência disso, as formas de organização social e um modo de viver da terra é redesenhado no território.

Ao olhar em retrospecto, o envolvimento popular foi determinante para a efetivação do assentamento. Ainda que o direito à terra seja previsto na constituição brasileira (Brasil, 1988), historicamente, tal acesso é conquistado às custas de disputas e enfrentamentos por parte de muitos setores da sociedade e organizações populares. Dessa maneira, a escolha desse lugar como campo para esse estudo justifica-se por seu histórico de desobediência e luta. Perante as desigualdades sociais, culturais e educativas, as pessoas nesse lugar seguem persistindo e insistindo numa vida melhor.

Imagem 4 – Mapa de localização

Localização do P.A. Zumbi dos Palmares - Campos dos Goytacazes (RJ)



Fonte: elaborado por Nilton Costa, colaboração de Leandro de Souza Silva

Atualmente, segundo o INCRA, 506 famílias vivem em lotes organizados em cinco núcleos, como o mapa de localização demonstra (Imagem 4). Mais próximo do centro urbano do município de Campos dos Goytacazes (RJ), fica o Núcleo 1, até seguir mais ao norte, onde se localiza o Núcleo 5, que atravessa os limites do município com São Francisco de Itabapoana.

VISUALIDADES CAMPONESAS ENQUANTO REBELDIAS VISUAIS

Em localidades como o assentamento, onde se dá a luta pela terra, essas visualidades camponesas podem assumir um caráter estético-educativo ao tangenciar mecanismos de poder. Em diálogo com os eixos-teóricos conceituais desse texto, compreende-se o campo como lugar de ensino, cuja visualização da luta por direitos é também operada por narrativas visuais. Nesse sentido, para alcançar o objetivo da tese, serão postos em diálogo as descobertas na empiria e suas relações teóricas.

A concepção de rebeldia visual parte da leitura de algumas das respostas partilhadas pelas pessoas assentadas do Zumbi e agentes da CPT. O material por elas enviado tem como recorte temporal momentos iniciais do assentamento até os dias atuais. Por meio de fotografias, pinturas, desenhos e outros meios foi possível elaborar reflexões em torno da rebeldia, desobediência e insurgência que se anunciam em tais imagens. Do mesmo modo, tais contribuições afirmam a visualidade para além de um sinônimo da palavra imagem. Elas são “o meio de visualizar um campo de batalha usando ideias, informação, imagens e intuição” (Mirzoeff, 2018). Essa

concepção parte de vivências na primeira fase da investigação, cuja observação da visualidade ocorrida no assentamento indicaram possíveis contornos educativos e desobedientes.

Como mencionado, desde as origens do assentamento, a visualização da luta decorre das convergências entre o estético e o educativo. Portanto, as imagens adiante compõem uma partilha abreviada do que foi coletado a partir das conversas realizadas em decorrência da segunda fase da investigação. Elas funcionariam como estratégias narrativas subjacentes às questões relacionadas ao ensino e cultura visual. Isto significa dizer que, enquanto tática, como afirma Mirzoeff (2018), as disputas populares no contexto agrário brasileiro são visualizadas em tais imagens.

No entanto, cabe destacar que as imagens encontradas não se resumem apenas à dinâmica de enfrentamentos no meio rural, mas anunciam mais possibilidades de visualização da vida no campo. Tal entendimento compõe a terceira fase do trabalho, ainda em construção e apresentado aqui parcialmente. Isto é, a partir das contribuições das pessoas que colaboram com o estudo, serão apresentadas três possíveis dimensões estético-educativas da visualidade camponesa. Na primeira, a festa, enquanto dimensão do reexistir; na segunda, a casa, enquanto dimensão do ordinário sensível; e na terceira, as plantas e a agricultora, enquanto dimensão do imaginário poético camponês.

Como um primeiro exemplo, a fotografia na matéria sobre a conquista do assentamento foi partilhada por Sabiá, assentado no Núcleo 1. Em contextos em que a opressão, marginalização e apagamento cultural são pronunciados, a resposta visual do assentado não nega o sofrimento, mas visualiza a celebração coletiva. Nela é visualizada a festa pela terra conquistada, por meio de um registro fotográfico que destaca as origens do assentamento. Ao relatar o início da história, a imagem documenta o processo de luta, cujo texto e fotografia evidenciam a insistência em seguir vivendo e existindo no território.

Imagem 5 – Matéria jornalística sobre o assentamento



Fonte: Sabiá, assentado, 2023

Ao observar a imagem, poderíamos dizer que o amarronzado do papel mostra um passado que resulta no tempo presente do assentamento? Quanto a isso, a ideia de reexistência implica a dimensão estética desse fazer e refazer da espacialidade pela ação humana, como apontado Santos (2008). Tal ação é visualizada na fotografia pelo movimento dos corpos em marcha, pela bandeira empunhada, pelo boné do MST e pela ferramenta nas mãos (Imagem 5). Como um convite à atenção, a luta e festa são celebradas e veiculadas por meio da matéria impressa. Se consideramos os diálogos entre Ensino e Cultura Visual, a superfície da fotografia evoca a pertença da visualidade na formação estético-educativa presentificada nos cotidianos camponeses marcados pela insistência e teimosia. Evoca e faz visualizar o lema do MST: *Rebeldia necessária! Pra fazer Reforma Agrária!* (MST, 2022).

Pensar em rebeldia e existência encontra eco nessa imagem ao evidenciar o entendimento do assentado sobre resistir através da palavra, do corpo, da voz e dos elementos simbólicos que a fotografia apresenta... expõe a capacidade camponesa de continuar a viver e fazer a vida ainda que diante de condições adversas. O assentado complementa “eu vim para cá com um ano de idade, mas aprender a me expressar, aprender a observar e fazer as leituras da realidade, eu aprendi aqui, vivendo na roça” (Sabiá, 2023). Em vista disso, o próprio acontecimento da fotografia sugere não apenas a celebração do instante. Mas participa da livre feitura e imaginação da vida, fazendo visualizar a formação cidadã e crítica do assentado na espacialidade do assentamento.

Teríamos aqui duas propostas de leituras sobre a dimensão estética do reexistir. A primeira, sugere a fotografia presente na matéria enquanto ação estético-educativa como forma de visualizar e reconhecer a opressão mas também a luta pela libertação, se dialogarmos com Freire (2014). A segunda, a sugere como visualização da rebeldia social experienciada pelo modo cotidiano da vida camponesa (Caldart, 2021), cujo anúncio e denúncia se misturam à imaginação e feitura da estética no campo. Em termos educativos, essas visualidades emergem da intencionalidade educativa dos movimentos sociais e da fartura de aprendizados na informalidade cotidiana.

Pensando nisso, o que aprendemos com a criação estética e visualização da vida no meio rural? Ao desviar da pressa e olhares excludentes sobre o que é elaborado nos espaços da lentidão (Santos, 2008), as possíveis respostas para essa questão apontam escapes da exclusão e da indiferença diante de tais processos. Com efeito, ao confrontar a ideia de uma minoria elitizada como agente da visualidade (Mirzoeff, 2006), a resposta de Sabiá indica sua formação cidadã em meio às ações estético-educativas no assentamento. Fato que inspira o processo de subjetivação mencionado na seção teórica deste ensaio. Somado a isso, é possível observar o protagonismo popular e a celebração da diversidade de formas operadas pela visualidade do mundo camponês. Embora tais ações não proponham a romantização da vida no campo, elas não excluem a alegria do viver e permanecer nesse lugar.

Quando Mirzoeff (2018) propõe as visualidades enquanto arenas de contestação, onde se desenrolam lutas pelo poder e visibilidade, as visualidades no contexto camponês seriam, como propõe este manuscrito, rebeldias visuais. Conforme já foi abordado, as vivências estético-educativas no assentamento expõem a fartura de conhecimentos que rompem com desigualdades” (Silva; Queiroz, 2025). Isto permite afirmar que a questão lançada às partícipes do estudo oferece uma oportunidade de expressão visual do pensamento favorecendo a construção de aprendizagens

críticas na espacialidade camponesa. Isso dialoga com o aspecto participativo do trabalho e da proposição do ensino não-formal como um processo construído coletivamente (Gohn, 2006).

Por outras palavras, a pergunta “se o assentamento fosse uma imagem, qual seria?” oportunizou conhecer visualidades insurgentes, que reclamam sua visualização frente aos apagamentos de processos excludentes que furtam direitos e o acesso a uma vida digna. Para além de meras representações, não estáticas, elas agiriam como documentos dinâmicos da resistência na/da espacialidade camponesa. E, gerando processos estético-educativos no próprio chão do assentamento, confirmariam esse lugar como espaço de ensino e formação cidadã. Afinal, a luta por cultura e educação se confunde com a luta camponesa (Lewin; Ribeiro; Silva, 2005).

Isto posto, afirmar uma visualidade camponesa partiria da recusa diante de autoridades que suturam a interpretação do sensível para fins de dominação e controle, como já disse Mirzoeff (2016). Isto anuncia uma outra questão: como a fotografia de uma casa num território rural participaria das disputas de narrativas que tangenciariam mecanismos de poder? Na superfície da imagem a seguir alguns aspectos podem introduzir percepções e respostas.

Imagem 6 – Fotografia em lote do Núcleo 3



Fonte: Rosa Preta, assentada, 2023

A fotografia partilhada pela assentada Dona Rosa Preta mostra um trecho de seu lote no Núcleo 3 (Imagem 6). No centro do quadro, a casa construída com tijolos alaranjados se impõe, ladeada por um moinho e rodeada por uma plantação organizada em linhas que parecem desejar avançar pela moldura. A imagem é tomada pelo céu acinzentado, numa composição que apresenta plantas de folhas esverdeadas e um horizonte distante, criando sensação de vastidão. O registro imagético expõe a habilidade de compor uma visualização que manifesta a autoridade da visualizadora (Mirzoeff, 2016). A fala da assentada completa:

Eu morava aqui, aqui nas redondezas, eu não vim de fora, eu já morava aqui, a minha família trabalhava muito nessas terras aí, no tempo da usina. Eu mesma, como na minha infância, com os meus irmãos, a gente trabalhava cortando cana, capinando com os meus pais, entendeu? E até que as coisas começaram a ficar ruins, a usina começou a falir, acabou falindo. Aí, de uma noite para o dia, veio a notícia de um acampamento, de um pessoal que tinha acampado para pegar um pedaço de terra para eu plantar. [...] éramos três trabalhando, conseguimos cuidar da terra, que quando pegamos era só mato, e nós conseguimos trabalhar com afinco. E tornamos aquele pedaço de terra produtivo, todo plantado e produzindo (Dona Rosa Preta, 2023).

A construção narrativa da assentada registra o histórico familiar de luta pela terra e forte conexão emocional com o local. Sua partilha imagética reforça traços identitários com relação ao trabalho e senso de coletividade, além de um ethos dedicado e resiliente quanto à permanência no campo, desejosa de continuidade ligada ao território. Sua fala também evoca a imagem do trabalho árduo na terra. A cena do campo cultivado em seu lote e a menção à falida usina São João remetem a um passado que efetua o presente. Quando lembra que a terra era um sonho familiar, a imagem fotográfica sugere a visualização de um sonho que foi realizado. O valor simbólico e emocional é evidenciado no cuidado e dedicação com o lote onde ela vive atualmente. Pensando com o que disse Caldart (2021), a mirada para o passado não obliterou a capacidade de sonhar da assentada.

A exemplo dessa elaboração, seria possível compreender as manifestações visuais no campo enquanto formas visualizáveis que questionam funções estéticas determinadas sobre o cotidiano camponês. Isso nos levaria a pensar numa dimensão estética de um ordinário sensível, cujo interesse visual pela captura do dia a dia camponês não furta a poesia e a fatura poética do comum, do simples. Essa dimensão colocaria em suspensão certezas sobre as imagens hegemonicamente consideradas legítimas ou a institucionalizadas sobre a vida no campo. Como foi dito, aquelas que afirmam esse lugar como o da pobreza, da escassez ou da fome.

Desse modo, o interesse da assentada em fazer o registro fotográfico de seu lote, institui novas conversas sobre a diversidade de olhares sobre o campo, inclui sua percepção e ação enquanto agente livre da visualidade. Por seu turno, considerar e dialogar com a percepção estética de Rosa Preta escaparia à servidão e ao padrão hegemônico e excludente de beleza. Logo, considerar essa visualidade como tática ou estratégia, seria também afirmá-la como o resultado visível das técnicas de criação visual que participam de sonhos, desejos e projeções da vida.

Como já disse Caldart (2021), a terra e o trabalho, bem como as condições materiais de existência no meio rural, também educam. Nessa perspectiva, trabalhar não deveria obliterar o ócio, o descanso, o prazer e a contemplação. Isso leva a refletir que o furto do tempo e o sufocamento das subjetividades poderiam interromper o processo criativo e inventivo da assentada. Portanto, a ação fotográfica que inclui parar, pausar e selecionar o que será capturado, seria a confirmação da autonomia camponesa ao inventar seu próprio mundo. Tal ação evidenciaria a partilha sensível e poética protagonizada por quem dinamiza a espacialidade do assentamento.

O processo de criação e invenção dessa visualidade poderia então conferir visibilidade e funcionalidade às ideias e à dimensão estética, educativa, política e subjetiva das participantes. A resposta visual de Cabaça, moradora do Zumbi e agente da CPT, corrobora essa ideia:

Eu não parei muito para refletir sobre as fotos não, eu segui um pouco a minha intuição, mas eu acho que tem uma relação de ancestralidade. Tem uma relação com o religioso, porque na minha infância eu tive um momento assim, bem marcante. Quando eu ia visitar minha avó, uma vizinha dela era rezadeira e rezava com galinhos e aí eu inventei que estava doente para poder ser rezada. Aquilo ficou na minha cabeça, depois eu esqueci, mas pensando no que você perguntou, eu me lembrei também dos cultos que eu ia. Em religião afro, quando eu era criança, a gente frequentava. Tem muito dessa relação com a natureza, os orixás, o próprio lugar que eu morava também, ainda estava, era um lugar assim de periferia de Nova Iguaçu, mas a gente tinha muita vegetação próxima, tinha cachoeira, então essa relação com as águas é uma memória afetiva, é uma memória de constituição da minha identidade a partir dessas mulheres envolvidas no cuidado, que exercem práticas de cuidado nas suas famílias, nas comunidades. Eu acho que isso também influenciou um pouco a minha trajetória profissional e a minha própria inserção também no movimento popular de saúde alternativa, onde eu acompanhei vários grupos que atuavam com saberes e práticas relacionados ao uso e a identificação de plantas medicinais, a recuperação da biodiversidade (Cabaça, 2023).

Imagem 7 – Fotografias em lote do Núcleo 4



Fonte: Cabaça, moradora do assentamento e agente da CPT, 2023

A contribuição de Cabaça traz a visualização da intuição, memórias e traços identitários da participante em relação ao espaço, o que sugere o contorno educativo e estético das imagens apresentadas. As flores flutuantes no recipiente de madeira, a repetição das folhas esverdeadas ou os pontos avermelhados da pimenteira crescendo transbordam o meramente decorativo (Imagem 7). Remetem à oralidade, ancestralidade, religiosidade e afetos envolvidos em sua formação. Apontam um senso de comunidade ao ensinar sobre os valores da coletividade e da ancestralidade experienciados nos cotidianos e práticas familiares.

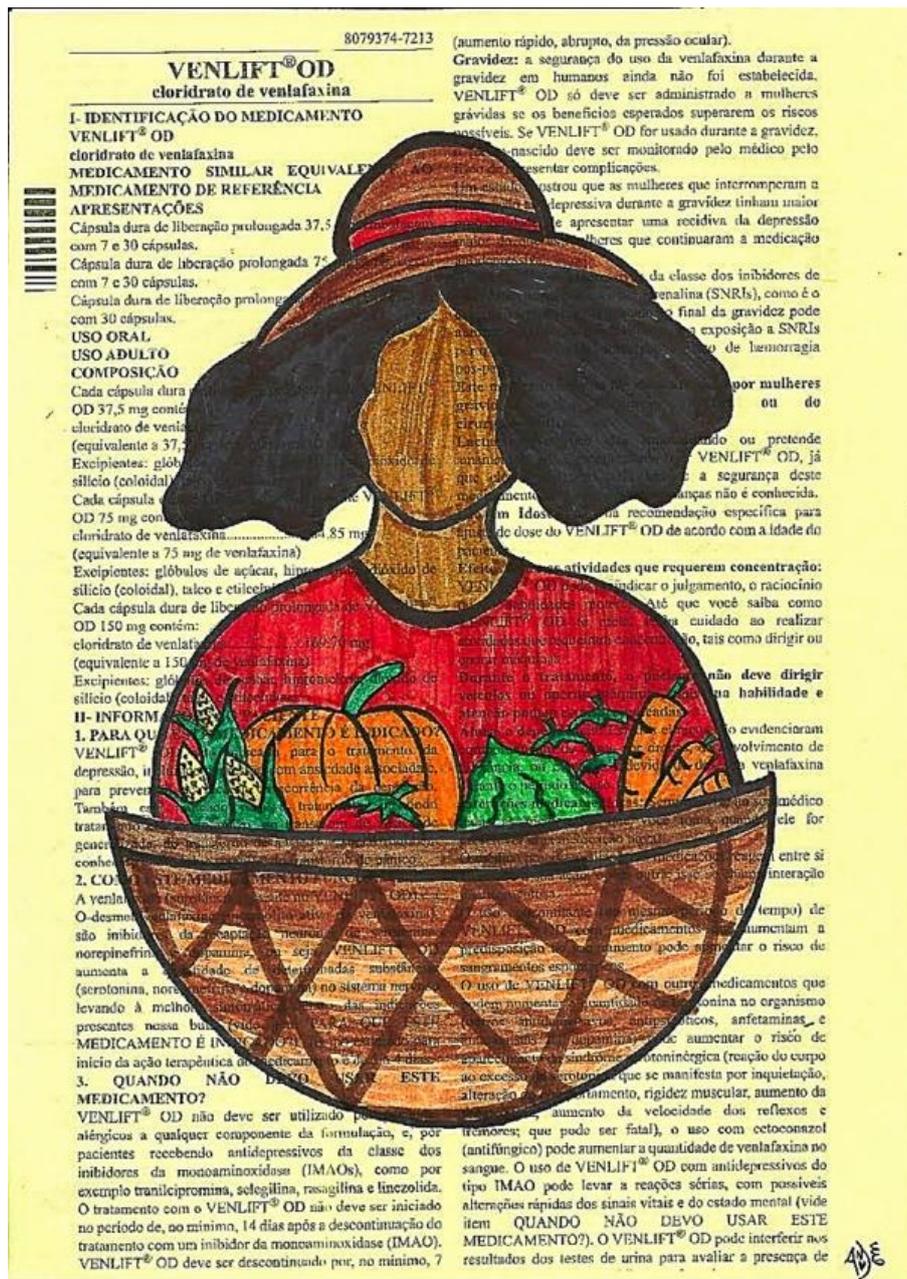
Observar os processos inventivos de visualidades como essas apontam para representações sociais relacionadas à realidade camponesa. Ao passo que configuram, ao mesmo tempo, forma e ideias nela contidas. Os galhos e folhas no recorte fotográfica de Cabaça (Imagem 7), por exemplo, para além do sentido usual, de fé ou saúde, indicam sua identificação comunitário e sua pertença ao ambiente onde vive.

Por esta razão, a participação do visual nas representações sociais alavanca a construção de conhecimentos por meio de mediações pedagógicas, como fica sugerido na pergunta feita às partícipes. Entre a questão lançada e o processos estético-educativos que ela identifica, a sabedoria camponesa é valorizada, ao passo que o ensino não-formal emerge como alternativa.

Entre as texturas e cores vibrantes da imagem, se afirma um pensamento que escapa do apagamento da diversidade. Face o pertencimento mobilizado pelo processo criativo das fotografias, seus propósitos poéticos evocam um conhecimento construído pela convivência familiar. Conhecer a vida através das imagens criadas por pessoas que vivem e convivem no campo faz visualizar processos que se opõem à subalternização e desvalorização historicamente vivenciados por esses sujeitos. Do mesmo modo, tal fazer confronta a lógica de dominação que oblitera a existência, ensinando sobre uma vida digna, feliz e possível. Assim, enraizada em práticas de resistência e luta popular, a dimensão da subjetividade poética também participa da espacialidade vivenciada no campo.

Essas fronteiras entre luta e poesia podem ser percebidas na contribuição de Baobá, agente da CPT:

Imagem 8 – Pintura sobre bula



Fonte: Baobá, agente da CPT, 2023

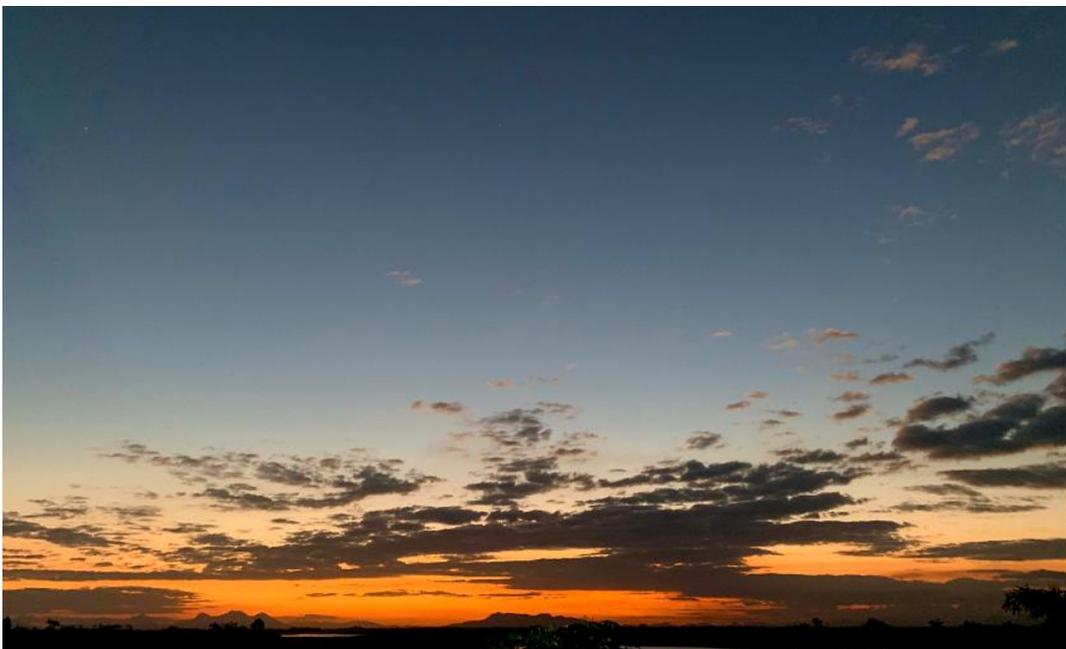
A composição criada pela participante destaca a sobreposição de elementos visuais e textuais (Imagem 8). No entanto, sua provocação indica um processo de subjetivação que contrasta mal-estar e saúde integral, como ela afirma em conversas. O mesmo contraste pode-se perceber na figura feminina central e a monocromia ao fundo da bula da medicação. Esse suporte peculiar, por assim dizer, é tomado pela cena de abundância e fartura, como sugerido pela pintura da cesta de alimentos sustentando o corpo da mulher. Quando Mirzoeff (2018) argumenta que a visualidade é um campo de disputas onde o poder exercido é contestado, essa imagem sugere uma reação ativa e consciente diante do que adoce e fragiliza.

Logo, pensar uma dimensão de imaginários poéticos no campo aponta para subversões dos códigos visuais hegemônicos que marginalizam quem vive e convive no campo. Como uma presença insurgente e ousada, tais imagens participam da reivindicação por direitos e pela valorização da memória, ancestralidade e identidades. Como um tipo de contragolpe simbólico, reclamam a visibilidade desses sujeitos, ensinam a persistir e imaginar mundos possíveis.

As respostas visuais apresentadas indicam a dimensão poética associada ao protagonismo popular em meio ao dinamismo da visualidade camponesa. Como forma de resistência contra a opressão, a tristeza e a alienação, tal práxis visual opera narrativas desobedientes, próprias e apropriadas de suas criadoras. Por isso afirmamos que, “ao participar de transformações de realidades por meio da criação estética, a visualidade camponesa se constitui como uma práxis ativa em meio aos processos educativos e disputas por autonomia e reconhecimento” (Silva; Queiroz, 2024, p. 13). Enquanto rebeldias visuais, mostram funções que vão além da representação de natureza bucólica ou uma visão romantizada do campo. Isto é, onde a vida é vivida de maneira persistente, consciente e crítica, a visualização da luta não apaga a beleza, a alegria e o prazer do bem-viver. Em seus contornos estético-educativos, as imagens partilhadas evidenciam a visualidade no campo agindo como testemunho, crítica e denúncia de processos excludentes e desiguais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Imagem 9 – Pôr-do-sol no assentamento



Fonte: Diário de Visualidades, Leandro de Souza Silva, 2019

O horizonte que a paisagem do Zumbi alegoricamente anuncia (Imagem 9), evoca afirmar uma práxis visual própria nesse lugar. Lugar que permite sempre uma mirada adiante ao escapar da verticalização acinzentada dos prédios das cidades. Lugar onde a ação de quem ali vive e

convive goza uma estética que irrompe com a negação de direitos que o mundo injusto e desigual insiste em promover. Sua visualidade dá a ver uma possibilidade de vida na mesma medida em que segue denunciando as atrocidades do mundo em que vivemos.

Em meio às inquietações suscitadas pela proposição da investigação em curso sobre as visualidades camponesas, pode-se considerar sua criticidade e rebeldia em sua oposição àquilo que sufoca, exclui e nega subjetividades. Tal parresia – essa coragem de dizer o que precisa ser dito – semeia uma criação com valores opostos à alta produtividade, pressa e acumulação determinados pelo mundo capitalista.

A empiria ocorreu por meio de uma metodologia participativa, valorizando as experiências e percepções estéticas de cada participante no assentamento. Em cumprimento da fase de observação do estudo, a inserção no campo e os registros do Diário de Visualidades favoreceram a convivência e aprofundamento na realidade do lugar. Espaços como esse, indicam oportunidades educativas não formais ou informais, como a análise explora. Intencionalmente ou nos cotidianos, as visualidades vivenciadas nesse lugar celebram a coletividade, a memória e o conhecimento camponês.

Isso tornou possível o cumprimento da fase participativa, que ocorreu por meio de conversas cotidianas com as pessoas que colaboram com o estudo. Nela foi realizada a identificação dos dados aqui apresentados, permitindo cumprir parcialmente com a fase avaliativa, cuja discussão apontou enlaces com as áreas do Ensino e da Cultura Visual. Esta fase também indicou dimensões estéticas da visualidade camponesa enquanto partícipes da construção de imaginários que confrontam relações de poder determinadas. Tais fases permitiram alcançar o objetivo deste manuscrito, ao contribuir com discussões acerca de fenômenos visuais no campo.

Os resultados apontam que a rebeldia visual promovida por essa visualidade se opõe às imposições da estrutura dominante, cujo sistema torna transparente as relações humanas e homogêneas olhares. Enquanto partícipes de um campo de disputa que reúne ideias, pensamentos, imagens e problematizações, narrativas dominantes sobre a vida rural são contestadas. O material partilhado aponta contribuições para a valorização da diversidade estética, além de contestar e não se conformar com estruturas de poder através de suas perspectivas estética e educativa.

Esses olhares inspiram a não perder de vista os horizontes desenhados pelas pessoas que lutam diariamente contra os processos que reforçam exclusões. Olhares que denunciam e confrontam os efeitos perversos que a acumulação do capital provoca. Isso permite afirmar que a imaginação visual camponesa anuncia a resiliência, a coragem e a força que ensina e promove vida. Em outras palavras, o assentamento, enquanto espaço não-formal de ensino, proporciona visualidades que participam e complementam a formação e a conscientização.

Portanto, as visualidades camponesas, enquanto narrativas desobedientes que desafiam estruturas de poder, oferecem uma perspectiva estética e educativa sobre a vida no campo. Como rebeldias visuais, elas contestam concepções cristalizadas no imaginário social da vida no campo como atrasada, ademais, desvelam a beleza, a resistência e a complexidade da vida no assentamento. Evidenciam conexões com a terra, a natureza, o trabalho, a arte, a ancestralidade e a luta por direitos. E, enquanto presença constante nos cotidianos, elas agem na transformação social e na construção de um presente mais justo para as pessoas que vivem no campo.

Finalmente, se, por um lado, o acesso a direitos básicos como acesso à terra, cultura e educação é constantemente ameaçado no contexto social brasileiro, por outro, a estética experienciada no campo mobiliza seus sujeitos à ação, desestabilizando discursos excludentes. Assim, a complexidade das visualidades camponesas no assentamento, enquanto rebeldias visuais, escapam de uma visão docilizada da vida no campo. Ao desobedecer determinadas narrativas sobre pessoas e territórios camponeses, essas visualidades celebram uma existência livre, insurgente e em constante movimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às pessoas assentadas no Zumbi dos Palmares (RJ), à CPT – Campos dos Goytacazes (RJ), à Universidade Federal Fluminense – UFF e ao Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão – PGCTIn. Este trabalho de investigação foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O norte fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. *In*: PEDLOWSKI, Marcos André; OLIVEIRA, João Carlos Pereira; KURY, Keyla Alves (orgs.). **Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 19-56.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 59, p. 89-106, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc>. Acesso em: 1 set. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 498 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.
- CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do movimento**: processo histórico e chave metodológica. Porto Alegre: Vozes, 2021.
- DIAS, Belidson. **O I/mundo da educação em cultura visual**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Arte, Universidade de Brasília, 2011.
- DIAS, Belidson. Arrastão: o cotidiano espetacular e práticas pedagógicas críticas. *In*: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (orgs.). **Culturas das imagens**: desafios para a arte e para a educação. Santa Maria: UFSM, 2012. p. 55-73.
- DUSSEL, Enrique. **Filosofías del sur**: descolonización y transmodernidad. México: Ediciones Akal, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Rio de Janeiro: Elefante, 2020.

LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula Alves; SILVA, Liliane Souza e. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

MARTINS, Raimundo. Porque e como falamos da cultura visual? **Visualidades**, Goiânia, v. 4, n. 1-2, p. 16, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/17999>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MIRZOEFF, Nicholas. **An introduction to visual culture**. New York: Routledge, 1999.

MIRZOEFF, Nicholas. On visuality. **Journal of Visual Culture**, Thousand Oaks, v. 5, n. 1, p. 53-79, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1470412906062285>. Acesso em: 7 jan. 2024.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas, 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922016000400745&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 mai. 2021.

MIRZOEFF, Nicholas. A ‘teoria’ não são só palavras numa página, mas também coisas que se fazem. **Buala**, 2018. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/cara-a-cara/a-teoria-nao-sao-so-palavras-numa-pagina-mas-tambem-coisas-que-se-fazem-entrevista-com-n>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MITCHELL, William John Thomas. **Showing seeing: a critique of visual culture**. Journal of Visual Culture, Thousand Oaks, v. 1, n. 2, p. 165-181, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/147041290200100202>. Acesso em: 23 out. 2023.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assentamento Zumbi dos Palmares completa 10 anos. **MST**, 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/04/10/assentamento-zumbi-dos-palmares-completa-10-anos/>. Acesso em: 10 out. 2022.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Espetáculo musical inspirado em Cícero Guedes estreia trazendo o MST para os palcos. **MST**, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/06/07/espetaculo-musical-inspirado-em-cicero-guedes-estrela-trazendo-o-mst-para-os-palcos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Leandro de Souza. Perspectivas inclusivas em leituras de visualidades. *In*: QUEIROZ, Paulo Pires de (Org.). **As múltiplas faces do ensino, saúde e diversidade**. Rio de Janeiro: Autografia, 2023, p. 149-159.

SILVA, Leandro de Souza; QUEIROZ, Paulo Pires de. Visualidades camponesas no assentamento Zumbi dos Palmares (RJ): encontros entre cultura visual, espacialidades e ensino. **Revista NERA**, São Paulo, 28, n. 1, p.1-20, 2025. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/10118>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SILVA, Leandro de Souza; QUEIROZ, Paulo Pires de. Caminhar entre sulcos na terra, aprender com as visualidades camponesas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, 9, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/17976>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SILVA, Leandro de Souza. **Caminhando entre sulcos na terra: visualidades camponesas enquanto ações estético-educativas no assentamento Zumbi dos Palmares (RJ)**. 2025. 294 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão – PGCTIn) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2025. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Recebido em: 17 de dezembro de 2024

Aprovado em: 29 de junho de 2025